

Aula 00

*TCE-RO (Analista de TI -
Desenvolvimento de Sistemas) Regime
Jurídico dos Servidores Públicos*

Autor:
Equipe Legislação Específica
Estratégia Concursos

26 de Janeiro de 2023

Índice

1) Das Disposições Preliminares	3
2) Questões Comentadas - Das Disposições Preliminares	5
3) Lista de Questões - Das Disposições Preliminares	7



ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA

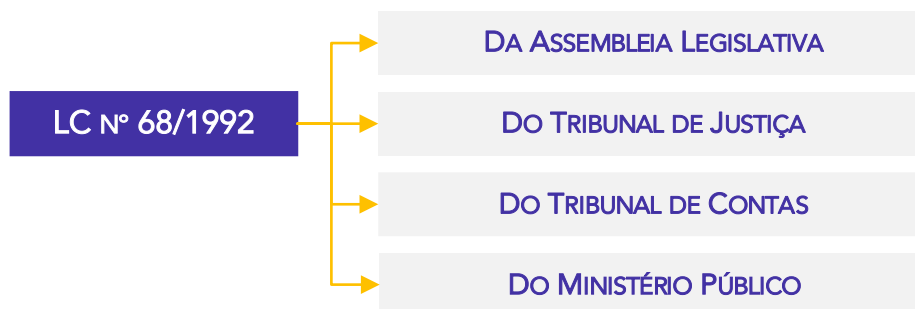
Caros alunos, estudaremos a seguir a **Lei Complementar nº 68**, de 09 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o **Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais** e dá outras providências.

Cabe ressaltar que nossa aula está atualizada até a **Lei Complementar nº 1.158 de 04 de abril de 2022**.

Bons estudos!

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As disposições deste Estatuto são aplicáveis, no que couber, aos servidores:



A partir de agora, veremos dois importantes conceitos trazidos pela LC nº 68/1992:



Os **cargos públicos**, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em **caráter efetivo** ou **em comissão**. Já os cargos de provimento efetivo serão organizados em grupos ocupacionais.



Você sabe qual a diferença entre o **cargo de provimento efetivo** e o **cargo em comissão**?

Se não, deixa eu te explicar!

Os cargos de provimento efetivo são aqueles que comportam a aquisição de estabilidade pelos respectivos titulares. Quando for aprovado e nomeado, você assumirá um cargo de provimento efetivo.

No serviço público do **Estado de Rondônia**, os cargos públicos de provimento efetivo serão organizados em grupos ocupacionais.

Já os cargos em comissão, saiba que estes normalmente envolvem atividades de **direção, chefia e assessoramento** e são declarados em lei de **livre nomeação** e **exoneração**. Esses cargos podem ser ocupados por servidor efetivo ou por pessoa que nunca tenha tido qualquer vínculo anterior com a Administração Pública.

Cabe ressaltar que, nosso Estatuto **veda** a atribuição de outros serviços ao servidor, além dos inerentes ao cargo de que seja o titular, salvo quando designado para o exercício de cargo em comissão, função gratificada ou para integrar comissões ou grupos de trabalhos.

Proíbe também a **prestação de serviços gratuitos**, salvo nos casos previstos em lei.



QUESTÕES COMENTADAS

1. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Marque a correta no que diz respeito às regras estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia:

A) Além dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia, o presente Estatuto contempla as Autarquias, Fundações Públicas Estaduais e Empresas Públicas Estaduais.

B) Todos os servidores da Administração Direta, Autarquia e Fundacional estão sujeitos aos dispositivos do Regime Jurídico Único, instituído por esta Lei Complementar.

C) Os cargos públicos de provimento efetivo serão organizados em grupos ocupacionais.

D) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por Lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos com provimento em caráter efetivo, temporário ou em comissão.

E) Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza permanente ou transitória cometida ou cometíveis a servidor ou empregado público, com denominação própria, quantidade certa, prevista em lei ou decreto e pagamento pelos cofres públicos, de provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Comentários:

ALTERNATIVA A - **ERRADA**. De acordo com o seu art. 1º, o Estatuto institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais.

ALTERNATIVA B - **ERRADA**. As disposições da norma em estudo são aplicáveis, no que couber, aos servidores da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público do Estado de Rondônia. (art. 1º)

ALTERNATIVA C - **CORRETA**. Os cargos públicos de provimento efetivo serão organizados em grupos ocupacionais. (art. 5º, §1º)

ALTERNATIVA D - **ERRADA**. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por Lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos com provimento em caráter efetivo, temporário ou em comissão. (art. 5º)

ALTERNATIVA E - **ERRADA**. Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza permanente ou transitória cometida ou cometíveis a servidor, com denominação própria, quantidade certa, prevista em lei e pagamento pelos cofres públicos, de provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Gabarito: Letra C



2. (FUNRIO – ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO – CGE/RO – 2018) Segundo a Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, e suas alterações posteriores, estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, constitui o “conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza permanente cometida ou cometíveis a servidor público, com denominação própria, quantidade certa, prevista em lei e pagamento pelos cofres públicos, de provimento em caráter efetivo ou em comissão”:

- A) função pública.
- B) serviço público.
- C) cargo público.
- D) servidão pública.
- E) nomeação.

Comentários:

A questão nos traz o clássico conceito de cargo público, estabelecido no art. 4º do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia.

Gabarito: Letra C



LISTA DE QUESTÕES

1. (ELABORADA PELO PROFESSOR) Marque a correta no que diz respeito às regras estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia:

A) Além dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia, o presente Estatuto contempla as Autarquias, Fundações Públicas Estaduais e Empresas Públicas Estaduais.

B) Todos os servidores da Administração Direta, Autarquia e Fundacional estão sujeitos aos dispositivos do Regime Jurídico Único, instituído por esta Lei Complementar.

C) Os cargos públicos de provimento efetivo serão organizados em grupos ocupacionais.

D) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por Lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos com provimento em caráter efetivo, temporário ou em comissão.

E) Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza permanente ou transitória cometida ou cometíveis a servidor ou empregado público, com denominação própria, quantidade certa, prevista em lei ou decreto e pagamento pelos cofres públicos, de provimento em caráter efetivo ou em comissão.

2. (FUNRIO – ASSISTENTE DE CONTROLE INTERNO – CGE/RO – 2018) Segundo a Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, e suas alterações posteriores, estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, constitui o “conjunto de atribuições e responsabilidades de natureza permanente cometida ou cometíveis a servidor público, com denominação própria, quantidade certa, prevista em lei e pagamento pelos cofres públicos, de provimento em caráter efetivo ou em comissão”:

(A) função pública.

(B) serviço público.

(C) cargo público.

(D) servidão pública.

(E) nomeação.



GABARITO

1. LETRA C
2. LETRA C



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.